



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto de Lei nº 520/11


Declara de Utilidade Pública a  
Associação Goioerense de Basquete  
– AGOBAS, com sede e foro no  
Município de Goioerê.


**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Goioerense de Basquete - AGOBAS, com sede e foro no Município de Goioerê.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.

  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 797/11**

**Dispõe sobre a garantia de informação ao idoso acerca de seu direito de manter acompanhante no período em que estiver internado ou em observação, em hospitais.**

**Art. 1º Os hospitais da rede pública e privada, no âmbito do Paraná, deverão afixar cartaz ou placa em local visível, informando sobre o direito dos idosos de serem acompanhados em caso de internação ou observação.**

**Parágrafo único. O cartaz ou placa de que trata o caput deste artigo deverá conter obrigatoriamente a seguinte informação: "AO IDOSO INTERNADO OU EM OBSERVAÇÃO É ASSEGURADO O DIREITO A ACOMPANHANTE".**

**Art. 2º Pelo descumprimento do disposto na presente Lei aplicar-se-ão às instituições as seguintes penalidades.**

**I - notificação por escrito;**

**II – multa de cem UFEPRs - (Unidades Fiscais do Estado do Paraná);**

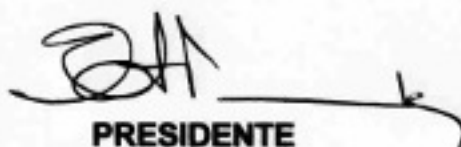
**III – multa de trezentas UFEPRs - (Unidades Fiscais do Estado do Paraná), em caso de reincidência.**



**§ 1º Contra a instituição que for imposta a penalidade será assegurada a ampla defesa e o contraditório, podendo ser aplicada a multa somente após a comprovação da não afixação do cartaz ou placa informativa de que trata esta Lei, a ser apurada em processo administrativo.**

**§ 2º Os valores das multas poderão ser elevados em até dez vezes quando for verificado que, em razão da condição econômica do (a) ofensor (a), resultarão inócuas.**

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.

  
**PRESIDENTE**

    
**RELATOR**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 069/12**

Estabelece diretrizes de incentivo para eventos esportivos das modalidades de corridas de rua e de montanha no âmbito do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Ficam estabelecidas diretrizes de incentivo para eventos esportivos das modalidades de corridas de rua e de montanha no âmbito do Estado do Paraná.

**Art. 2º** As diretrizes de incentivos para eventos esportivos das modalidades de corridas de rua e de montanha, serão viabilizadas através de parcerias e convênios entre a Secretaria de Estado do Esporte - SEES e segmentos especializados da iniciativa privada, pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado de natureza esportiva, visando apoiar e ampliar o calendário de corridas de rua e de montanha.

**Art. 3º** As diretrizes de incentivo para as modalidades de corridas de rua e de montanha poderão ser destinadas pela Secretaria de Estado do Esporte - SEES, aos municípios que já possuam provas das modalidades estabelecidas pelo *caput* do art. 1º, ou que venham realizá-las, mediante solicitação e apresentação de projeto junto ao órgão competente da Secretaria, obedecendo os seguintes critérios:

I – solicitação conjunta do prefeito e do responsável pelo órgão municipal gestor do esporte:

- a) secretarias municipais de esportes;
- b) departamentos municipais de esportes;
- c) outros órgãos vinculados à administração municipal detentores das responsabilidades de gestão das modalidades esportivas.

II – projeto técnico obedecendo às normas da Associação Internacional das Federações de Atletismo - IAAF, da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAat e de associação ou federação específica para as provas de montanha, respeitando os quesitos estabelecidos pelo art. 5º e incisos da presente Lei, elaborado e assinado obrigatoriamente por profissional de educação física devidamente registrado no Sistema CONFEF/CRE's,

contratado pelo órgão municipal gestor do esporte no município ou remunerado com fim específico pelo executivo municipal para elaboração do mesmo.

**Art. 3º** As diretrizes de que trata o *caput* do art. 2º da presente Lei serão executadas exclusivamente através de parceria/convênios entre o poder público e o setor privado, mediante encaminhamento de:

I – projeto técnico à Secretaria de Estado do Esporte - SEES, que obedeça às normas da Associação Internacional das Federações de Atletismo - IAAF, da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAAt e de associação ou federação específica para as provas de montanha, elaborado e assinado obrigatoriamente por profissional de educação física, devidamente registrado no Sistema CONFEF/CRE's, contratado pela(s) e empresa(s) ou remunerado com fim específico por esta(s) para elaboração do mesmo;

II – projeto de captação e de investimento de recursos para a realização do evento;

III – documentação comprobatória da existência da qualificação e da idoneidade da empresa parceira, a ser apresentado junto à Secretaria de Estado do Esporte - SEES.

**Art. 4º** Entende-se por parceiros conveniados do setor privado, pessoas jurídicas, prestadoras de serviços aptas a organizar, orientar e realizar adequadamente eventos da modalidade de corridas de rua e de montanhas.

**Art. 5º** A parceria/convênio entre o poder público e o setor privado será firmada em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 6º** As diretrizes estabelecidas no *caput* do art. 1º respeitarão as normas da Associação Internacional das Federações de Atletismo - IAAF, da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAAt e de associação ou federação específica para as provas de montanha, com obrigatoriedade para os seguintes quesitos:

I – homologação da corrida;

II – medição dos percursos;

III – atendimento médico para os atletas;

IV – fornecimento de água e bebidas apropriadas;

V – segurança dos participantes;

VI – contenção do tráfego de veículos durante a competição, em conformidade com o art. 67 do Código Brasileiro de Trânsito - CBT;

VII – divulgação do evento;

VIII – divulgação do regulamento da prova;

IX – utilização de práticas sustentáveis na organização e realização da prova.

**Parágrafo único.** Os eventos organizados pelas entidades que compreendem atividades de inclusão social na corrida de rua e de montanhas receberão atenção especial para atendimento das diretrizes.

**Art. 7º** Os parceiros/conveniados poderão realizar campanhas educativas objetivando conscientizar os praticantes da modalidade de corrida de rua quanto à importância, os benefícios à saúde, a melhora da qualidade de vida e de práticas sustentáveis.

**Parágrafo único.** Fica facultada a divulgação dos logotipos dos parceiros/conveniados aos eventos por eles organizados como contrapartida pelos serviços executados.

**Art. 8º** Na regulamentação, o Poder Executivo Estadual poderá expedir outras normas que julgue necessárias para disciplinar a presente Lei.

**Art. 9º** A avaliação e a aprovação dos projetos apresentados na forma prevista desta Lei, caberão à Comissão Técnica vinculada à Secretaria de Estado do Esporte - SEES, garantindo-se a participação de:

I – três representantes da Secretaria de Estado do Esporte - SEES designados pelo Governo do Estado;

II – dois representantes das federações e associações competentes;

III – dois representantes do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – Estado do Paraná - CREF9;

IV – dois representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão providas exclusivamente pelos parceiros/conveniados, não podendo gerar custos ao Poder Público.



**Art. 11º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.**

  
**PRESIDENTE**



  
**RELATOR**





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto de Lei nº 286/12

Denomina *Passarela Marco Aurélio Malucelli* a passarela localizada no Km 94 da BR-277 (Rodovia do Café), no Município de Curitiba, nas proximidades do Parque Barigui.

**Art. 1º** Fica denominada *Passarela Marco Aurélio Malucelli* a passarela localizada no Km 94 da BR-277 (Rodovia do Café), no Município de Curitiba, nas proximidades do Parque Barigui.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.

PRESIDENTE

RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Complementar nº 422/12

Acrescenta inciso ao art. 103 da  
Lei Complementar nº 113/05, Lei  
Orgânica do Tribunal de Contas  
do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Acrescenta inciso ao art. 103 da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, com a seguinte redação:


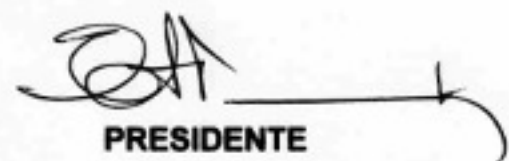

"Art.103. ...

(...)

XVI - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.

PRESIDENTE

RELATOR



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONFERIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 DEZ. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 972/2011-12-07

Súmula: Acrescenta o artigo na Lei 8205, de 24 de dezembro de 1985, e dá outras providências.

(Vale a pena)  
Sabi.

Art. 1º Acrescenta o artigo 2º na Lei 8.205, de 24 de dezembro de 2011, com a seguinte redação: O "Dia da Bíblia" a que se refere o caput do artigo 1º da presente Lei passa a fazer parte do Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 2º Renomeia os artigos da presente Lei conforme a necessidade.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 03

## JUSTIFICATIVA

O Dia da Bíblia é comemorado no segundo domingo de dezembro, conforme o calendário evangélico de algumas denominações e de acordo com a Lei 8205, de 24 de dezembro de 1985. A história diz que o Dia da Bíblia foi criado em 1549, na Grã Bretanha pelo Bispo Cranmer, que incluiu a data no livro de orações do Rei Eduardo VI. O Dia da Bíblia é um dia muito especial, e foi criado para que a população intercedesse em favor da leitura da Bíblia. No Brasil a data começou a ser comemorada em 1850 quando chegaram da Europa e Estados Unidos os primeiros missionários evangélicos. Porém, a primeira manifestação pública aconteceu quando foi fundada a Sociedade Bíblica do Brasil, em 1948, no Monumento do Ipiranga, em São Paulo.

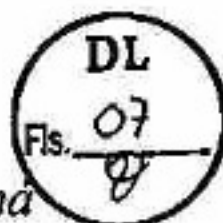
A Lei Federal 10.335, instituiu o Dia da Bíblia em todo o território nacional, e passou a integrar o Calendário Oficial do País.

Essa também é a intenção da presente emenda à Lei 8205/1985.

Pedimos o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 972/11**

Projeto de Lei nº 972/11

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Acrescenta o artigo na Lei 8.205, de 24 de dezembro de 1985, e dá outras providências.

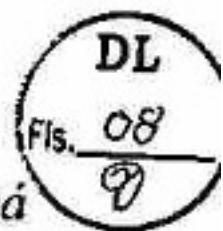
EMENTA: INSERÇÃO DO "DIA DA BÍBLIA" NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA. ARTS. 24, X E 215, CAPUT, CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DATAS COMEMORATIVAS DEVEM SER FIXADAS MEDIANTE LEI. ART. 215, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva alterar a Lei 8.205, de 24 de dezembro de 1985, para inserir o "Dia da Bíblia" no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:  
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 09  
9

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

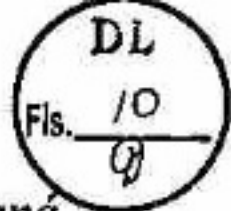
A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª, ed. pg 808.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ressalte-se, ainda, que, conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, em seu artigo 215, § 2º, as datas comemorativas de alta significação, para os distintos segmentos étnicos do país, serão fixadas mediante lei, sendo esta de iniciativa, a *exempli gratia*, de qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 65, caput, senão vejamos:

Art. 215, § 2º, CF/88. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 65, caput, da Constituição do Estado do Paraná. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Sendo assim, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, propõe-se a Emenda Substitutiva em anexo para adequar o presente Projeto ao disposto nos artigos 9º, 10 e §§, da LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda Substitutiva Anexa.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO TADEU VENERI  
RELATOR





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL – PROJETO DE LEI 972/2011**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 2º do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva, para que referido Projeto de Lei passe a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º.** A Lei no 8.205, de 24 de dezembro de 1985, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo único:

"Art. 1º. ....

.....

Parágrafo único. O "Dia da Bíblia" previsto no *caput* passa a fazer parte do Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

*[Assinaturas manuscritas]*

## COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 972/2011**I – SÍNTESE FÁTICA**

A Deputada Cantora Mara Lima propôs o Projeto de Lei nº 951/2012, acrescentando o artigo 2º na Lei 8.205 de 24 de dezembro de 1985, com o intuito de inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia da Bíblia".

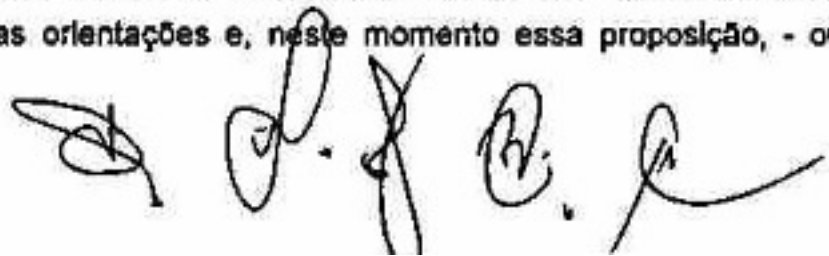
Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tadeu Veneri, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal, mas para uma melhor técnica legislativa foi apresentada um Substitutivo Geral, que não altera o conteúdo da proposição. Tão logo aprovado na CCJ, foi remetido a esta Comissão de Cultura, para manifestação acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

**II – MÉRITO**

O Dia da Bíblia é comemorado no estado do Paraná por diversos grupos de denominações Evangélicas desde 1985, no segundo domingo de dezembro de cada ano, conforme prescreve a Lei 8205 aprovada no dia 24 de dezembro de 1985. Naturalmente que essa data é comemorada há centenas de anos e pelo que se remete a história nos leva mais precisamente a 1549, na Grã Bretanha, onde se formalizou através do Bispo Cranmer, que a incluiu no livro de orações do Rei Eduardo VI.

O Brasil é um país onde o mundo evangélico é marcado pela vinda de missionários provenientes da Europa e dos Estados Unidos da América, que na sua missão de levar a Bíblia a todos os continentes fizeram propagar o Evangelho em todas as regiões brasileiras.

Em nosso estado não há um só distrito que não possua ao menos uma Igreja com essas orientações e, neste momento essa proposição, - ou



melhor, desde de 1985, agora incluída a data no Calendário Oficial do Estado do Paraná - objetiva unificar tais comemorações e contar com o apoio do poder estatal, para manifestação desse sentimento cristão.

Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.


Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais, conforme descrito no artigo 190 caput da Constituição Estadual.

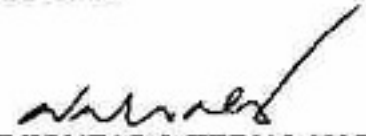
Artigo 190. A cultura, direito de todos e manifestações da espiritualidade humana deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estadual Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Sala de sessões, 01 de agosto de 2012

  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO TERUO KATO  
RELATOR

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CATTO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

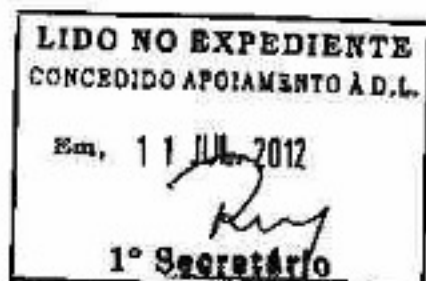




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



GABINETE DO DEPUTADO TERUO KATO



PROJETO DE LEI Nº

356/12

EMENTA: Declara de utilidade pública a ONG -  
Ninho da Águia de Nova Esperança/PR.

Autor: Deputado TERUO KATO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECLARA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a ONG Ninho da Águia, com sede e foro no município de Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob nº 10.496.066/0001-78, registrada em 04 de novembro de 2008, sob nº 19031, Livro "A-07, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da comarca de Nova Esperança/PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 10 de julho de 2012.

TERUO KATO  
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

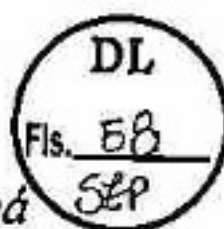
A ONG - Ninho da Águia, com sede no município de Nova Esperança, que possuem suas finalidades definidas nos Incisos do artigo 2.º de seu Estatuto é Organização sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, promover o bem comum, resgatar a cidadania de pessoas, como crianças, adolescentes e seus familiares, no sentido de valorizá-las, resgatando a auto estima, integrando-os a comunidade local, nacional e mundial a fim de fortalecer vínculos familiares e comunitários, baseados na sua promoção, proteção e garantias de direitos, preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A declaração de utilidade pública à ONG - Ninho da Águia de Nova Esperança/Paraná constituirá, pois, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver suas atividades, de modo que assim possa pleitear recursos adicionais a fim de continuar a exercer suas atividades.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 356/2012**



Projeto de Lei nº. 356/2012

Autor: Deputado Estadual Teruo Kato

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a ONG –  
Ninho da Águia de Nova Esperança, com sede e  
foro no Município de Nova Esperança.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS  
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Teruo Kato, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *ONG – Ninho da Águia de Nova Esperança, com sede e foro no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

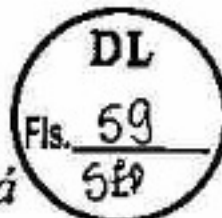
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que  
disponham sobre;**



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, educação, pesquisa e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º** A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio da lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 60  
SEP

seus atos constitutivos demonstram as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

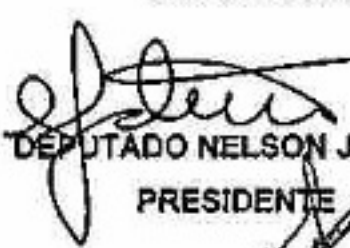
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DULIO GENARI  
RELATOR

  
**APROVADO**